

Médici: Diplomacia do Interesse Nacional

Prof. Amâncio *Jorge de Oliveira*
amancioj@usp.br

Política Externa Brasileira
Abril 2019

PEB MÉDICI (1969-1974)

- **Castelo:** americanismo messiânico
- **Costa e Silva:** altruísmo coletivismo
- **Médici:** realismo pragmático

GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Relação entre prerrogativa & substância da política

Fragmentação decisória:

- **Ministério de Relações Exteriores (MRE):** perde espaço na formulação/condução
- **Conselho Nacional de Segurança (CNS):** papel de formulador
- **Serviço Nacional de Informação (SNI):** interferência no Itamaraty

TRIPÉ ECONÔMICO

Tripé econômico: divisão do trabalho

- 1. empresas estatais:** infra-estrutura, energia e bens de capital [aço, máquinas e equipamentos.
- 2. Transnacionais:** bens duráveis automóveis e eletrodomésticos.
- 3. capital privado nacional:** autopeças e bens de consumo popular.

resultado: sucesso econômico

ECONOMIA, SOCIEDADE E PODER

Desempenho da economia do **setor público**.

→ tecnocracia e classe média.

→ distribuição desigual do crescimento.

Suporte político ao regime autocrático

Reflexo na política internacional: projeção de poder.

projeto Brasil Potência.

DIPLOMACIA DO INTERESSE NACIONAL

1. Abandono da solidariedade terceiro-mundista
2. Individualismo (x diplomacia coletiva)
3. Multilateralismo → bilateralismo
4. Diminuição de atrito com EUA
5. Tirar proveito imperialismo: posição relativa do Brasil no sistema.

ALINHAMENTO NÃO ESTRITO

- Política de poder: projeto Brasil Potência
 - Coexistência com política dos EUA
- Resistência ao TNP: congelamento do poder mundial.
- Estreitamento com novos pólos dos EUA.
- Diagnóstico sobre o desenvolvimento*.

DESENVOLVIMENTO: TRÊS FALÁCIAS

- 1. Sub-desenvolvimento autogênico:** desconsidera relação centro-periferia.
- 2. Paternalismo:** dependência de doador.
- 3. Gradualismo:** ciclo de longo prazo.

GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Base da dependência com os EUA.

Fragmentação decisória.

(MRE, Conselho de Segurança, Serviço Nacional de Informação).

Multiplicação de agências relacionadas ao tema.

Tripé econômico: **1. empresas estatais** (infra-estrutura, energia e bens de capital [aço, máquinas e equipamentos]), **2. transnacionais** (bens duráveis[automóveis e eletrodomésticos]) e **3. capital privado nacional** (autopeças e bens de consumo popular).

GOVERNO MÉDICI

- Crescimento da classe média.
- Diplomacia do Interesse Nacional: abandono da solidariedade terceiro-mundista.
- Estratégia multilateral → bilateral.
- Críticas ao “congelamento do poder mundial” (recusa em assinar o TNP).
- Estreitamento com novos pólos do capitalismo.
- Plano interno: solidariedade com EUA.
- apoio aos golpes de Estado no Chile, Bolívia e Uruguai.

PEB MÉDICI

⇒ PExt = Burguesia Estatal.

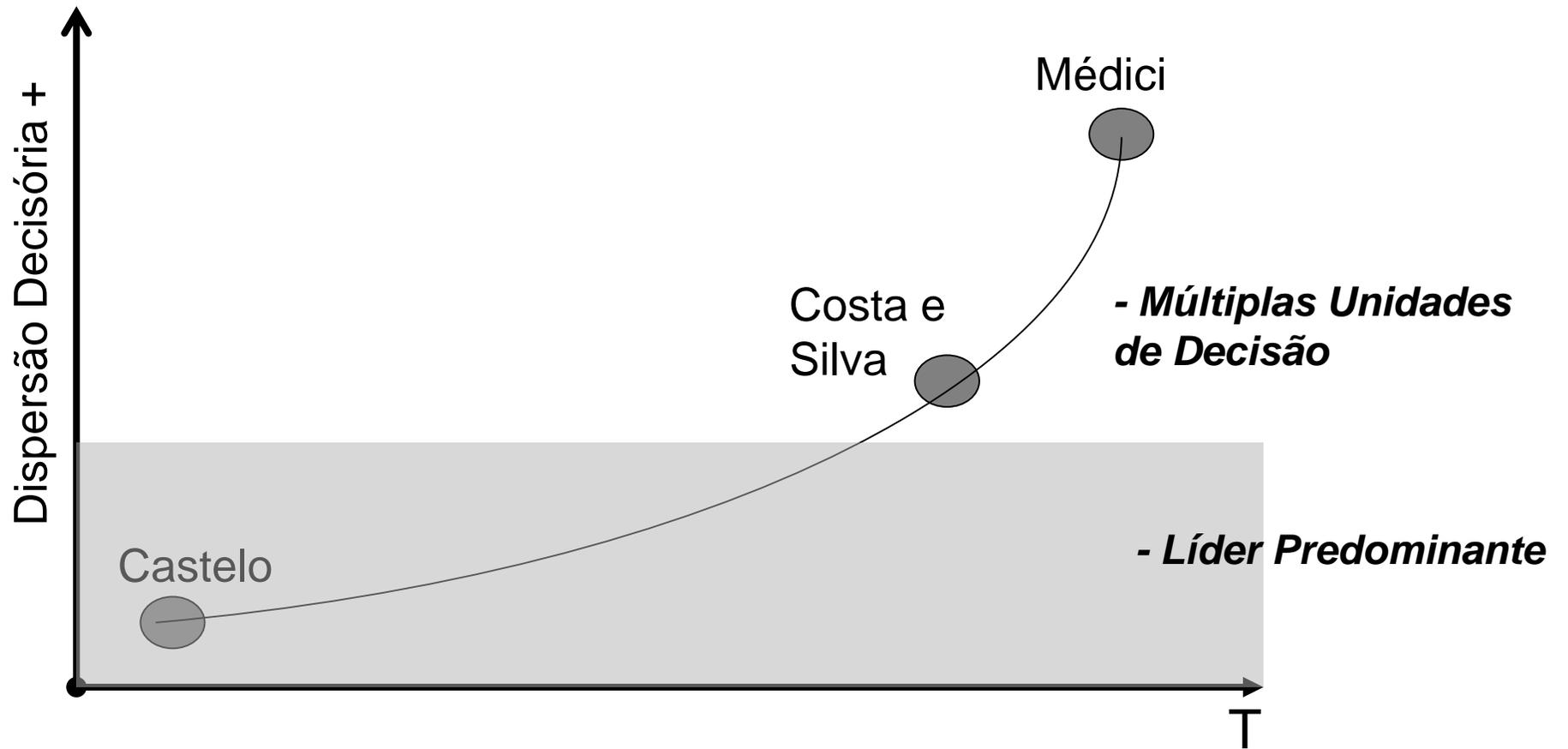
- dimensão sociológica (classes sociais, grupos)

⇒ Diplomacia do Interesse Nacional.

- individualidade, multilateralismo, 3º mundismo, potência
- política externa x política internacional (racionalidade);
- 3 falácias: sub-desenvolvimento autogênico, paternalismo, gradualismo.
- manutenção da ordem, alteração posição relativa.

⇒ Modelo nacional autoritário.

EVOLUÇÃO



TEMAS PARA ANÁLISE

- ⇒ Posicionamento relativo no debate de APE.
- ⇒ Papel dos fatores doméstico, estrutura.
- ⇒ Correlação Regime/Mudança de Política Externa
- ⇒ Nível de mudança
- ⇒ Unidades Últimas de Decisão

Geisel: Pragmatismo Responsável

Prof. Amâncio Jorge de Oliveira
amancioj@usp.br

Política Externa Brasileira
Abril 2019

PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

- (1974-1978) – Azeredo da Silveira
- Aumento da capacidade político-econômica
- Maior flexibilidade dos alinhamentos internacionais
- Busca de papel mais autônomo e expressivo
- Melhores condições de desenvolvimento econômico + poder internacional = Pragmatismo Responsável

PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

- Complementaridade de interesses econômicos c/EUA
- Recuperação Japão e Europa – alternativas econômicas e políticas dentro do capitalismo
- Diversificação das relações bilaterais = aumento da capacidade de barganha com os EUA
- Política Externa “Universalista”

PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

- Relações com os países avançados do Norte e as relações com os países em desenvolvimento do Sul
- Ênfase em formulações como: “não-alinhamento automático” e “Brasil, país não-satelitizável”
- Proposta política = Diplomacia “multilateral”
- Atuante como mediador do “Diálogo Norte-Sul”
- Aumento da capacidade de influência em questões globais.

PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

- Reafirmação dos princípios da PEI
- Deixa de guiar-se por princípios rígidos
- Rege-se por considerações pragmáticas
- Cada problema deveria receber tratamento particular, medido pelo “interesse nacional”
- Realinhamentos internacionais = voltados para as necessidades do modelo político-econômico de desenvolvimento.

PEI e PR: análise comparada

| | PEI | PR |
|--------------------------------|---|---|
| Concepção: | Projeto Político Concepção intelectual | Lógica diplomática |
| Momento diplomático: | Independência do mundo | Superar passado histórico (isolamento diplomático/campo multilateral) |
| Contexto Doméstico: | Situação política (clivagem): - <i>asset</i> (Jânio). - <i>liability</i> (Jango). | Situação política doméstica + confortável interveniente, não-determinante |
| Contexto internacional: | Bipolaridade <i>ocidentalismo autônomo</i> (<i>ortodoxo</i>) | Détente (distensão) <i>ocidentalismo matizado</i> bipolarismo frouxo |
| Padrão: | Carga utópica (retórica + contundente) | Percepção: condição + realista |

Política Externa do Governo Figueiredo (1975-1985)

Prof. Amâncio Jorge de Oliveira

Política Externa Brasileira

Abril de 2019

PEB – Governo Figueiredo

- Política **Externa do Universalismo**.
- Continuidade em contextos diferentes.
- continuidade com divergências (ruína do consenso) – crítica da ala liberal (R. Campos)
- Contexto de crise:
 - econômica: crise internacional (2^a. Crise do petróleo).
 - política (transição, fim do ciclo militar).

Crise Econômica

- Inflação
- Desequilíbrio fiscal
- 2ª crise do Petróleo
- Corrupção.
- Elevação de juros do EUA (Reagan)
- Incapacidade do Estado manter-se como vetor do desenvolvimento econômico.

PEB – Governo Figueiredo

- Manutenção de Ramiro Saraiva Guerreiro: indicador de continuidade.
- Busca de mercados não-tradicionais. Insumos para o desenvolvimento.
- Reativar o multilateralismo como forma de superar a crise econômicas (elemento comum ao Pragmatismo Responsável de Geisel).
- aproximação com a América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, além da busca de diálogo com os países socialistas da Europa Oriental.

PEB – Governo Figueiredo

“É nesse contexto extremamente adverso que a diplomacia brasileira tentou formular uma política externa de cunho universalista, buscando reavivar o multilateralismo como forma de tentar superar a crise”
(Cervo e Bueno, 2001).

Obs: diferença do início da década de 70 (Brasil Potência) e da PEI. Proximidade com o PR/Geisel.

Opções de Política Externa

1. neutralismo.
2. terceiro-mundismo (PEI)
3. parceria seletiva (Castelo Branco)
4. alinhamento político prévio e automático.

O PR e a política universalista de Figueiredo era considerada a 4 (ideológica)

PEB: aspectos substantivos

Endurecimento da relação Norte-Sul
(Reagan – Margaret Thatcher).

Criação do Grupo de contadora: importante
na negociação da dívida externa – elemento
unificador dos países latino-americanos.

Política Externa do Governo Figueiredo (1975-1985)

Prof. Amâncio Jorge de Oliveira

Política Externa Brasileira

Abril de 2019

PEB – Governo Figueiredo

- Política **Externa do Universalismo**.
- Continuidade em contextos diferentes.
- continuidade com divergências (ruína do consenso) – crítica da ala liberal (R. Campos)
- Contexto de crise:
 - econômica: crise internacional (2^a. Crise do petróleo).
 - política (transição, fim do ciclo militar).

Crise Econômica

- Inflação
- Desequilíbrio fiscal
- 2ª crise do Petróleo
- Corrupção.
- Elevação de juros do EUA (Reagan)
- Incapacidade do Estado manter-se como vetor do desenvolvimento econômico.

PEB – Governo Figueiredo

- Manutenção de Ramiro Saraiva Guerreiro: indicador de continuidade.
- Busca de mercados não-tradicionais. Insumos para o desenvolvimento.
- Reativar o multilateralismo como forma de superar a crise econômicas (elemento comum ao Pragmatismo Responsável de Geisel).
- aproximação com a América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, além da busca de diálogo com os países socialistas da Europa Oriental.

PEB – Governo Figueiredo

“É nesse contexto extremamente adverso que a diplomacia brasileira tentou formular uma política externa de cunho universalista, buscando reavivar o multilateralismo como forma de tentar superar a crise”
(Cervo e Bueno, 2001).

Obs: diferença do início da década de 70 (Brasil Potência) e da PEI. Proximidade com o PR/Geisel.

Opções de Política Externa

1. neutralismo.
2. terceiro-mundismo (PEI)
3. parceria seletiva (Castelo Branco)
4. alinhamento político prévio e automático.

O PR e a política universalista de Figueiredo era considerada a 4 (ideológica)

PEB: aspectos substantivos

Endurecimento da relação Norte-Sul
(Reagan – Margaret Thatcher).

Criação do Grupo de contadora: importante
na negociação da dívida externa – elemento
unificador dos países latino-americanos.

Política Externa Brasileira do Governo SARNEY

Política Externa Brasileira
amancioj@usp.br

Abril de 2019

PEB: Nova República (85-90)

FATORES DE CONSTRANGIMENTOS:

- Crise financeira/dívida: vulnerabilidade
- Universalismo: crise diminui possibilidades
- Endurecimentos da posição dos EUA
 - Multilateralismo: *accountability*,
 - Regionalismo: armamento
 - Relações Bilaterais: concessões, coerção unilateral.

PEB: Nova República (85-90)

CARACTERÍSTICAS/CONTEÚDO:

- Transição: não inspira proposta de ruptura
- Continuidade: garantida pelo Itamaraty
- Olavo Setúbal: tentativa de ruptura abortada
- Retomada do PR e do Universalismo
- Sentimento de Isolamento do mundo: União

PEB: Nova República (85-90)

CONTEÚDO SUBSTANTIVO:

- Principal ativo/prioridade: Argentina/Uruguai → *integração regional* (sentido econ-político)
- Cooperação: Sul-Sul + Outros Pólos
- Cuba: contexto latino-americano
- Contencioso: EUA
 - Intervencionismo na América Central; milaterização da região; SGP; Super-301 (Informática/comércio desleal, DPI).

PEB: Nova República (85-90)

CONTEÚDO SUBSTANTIVO 2:

- Dívida externa → ação coletiva
- Mecanismo de comércio exterior – África
- Zona de Cooperação e Paz, Atlântico Sul
- Esquemas multilaterais – funcionalismo específico da AL (exclusão EUA).

De Contadora ao Grupo do Rio

Cooperação latino-americana:

- Grupo de Contadora (1983-1985)
- Grupo de Apoio ao Grupo do Rio
- Grupo do Rio (1986)
- Renovação da OEA

Cooperação-Conflito

- Contexto internacional: guerra fria
- conflito Leste-Oeste/União Soviética-EUA
- origens dos conflitos na América Latina:
- fatores domésticos (violação de direitos humanos, fraco desenvolvimento, ausência de justiça social)
- seguem padrão ideológico da guerra fria
- “guerra civil vinculada à rivalidade internacional”
- guerras exacerbadas pela guerra fria (El Salvador e Nicarágua)

Concertação política latino-americana

- **1983: Grupo de Contadora:**
 - (Colômbia, México, Panamá e Venezuela)
 - Propostas: principal ator no conflito centro-americano, buscando evitar uma escalada bélica e apoio a um acordo pacífico e negociado
- **1985: Grupo de Apoio à Contadora:**
 - (Argentina, Brasil, Peru, Uruguai)
 - Propostas: fortalecimento da proposta de pacificação de Contadora e posição comum na questão da dívida externa.

Concertação: obstáculos iniciais

- ofensiva diplomática e militar dos Estados Unidos (governo Reagan) na América Central: tentativa norte-americana de remover o governo sandinista
- a ofensiva latino-americana a favor dos sandinistas indicava apoio aos interesses soviéticos
- EUA: seguia a lógica da confrontação militar
- Contadora: objetivo inicial de propor acordo negociado e diluir a presença dos EUA na região.

Concertação latino-americana

Segunda etapa - Grupo do Rio

- 1986: Grupo do Rio ou Grupo dos Oito (GRIO)
- Denominado Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (associação entre Contadora e o Grupo de Apoio)
- Países em 1998: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai, representante dos países centro-americanos (El Salvador) e um representante do Caricom (Guiana).

Objetivos do Grupo do Rio

- **mecanismo** singularmente dotado para consultas políticas no mais alto nível
- grau mínimo de institucionalização
- flexibilidade de procedimentos
- ‘diplomacia presidencial’ da América Latina
- contenção de riscos à democracia
- interlocutor legítimo da América Latina

Grupo do Rio (anos 90)

Principal interlocutor externo do Grupo do Rio: União Européia:

1. contrabalança a influência dos EUA na região
2. legitima internacionalmente o Grupo

Mudança do eixo central da agenda:

1. integração regional
2. desenvolvimento sustentável
3. comércio e investimentos
4. narcotráfico e meio ambiente

Grupo do Rio (perspectivas)

Estados Unidos:

1. Clinton: primeiro presidente a reconhecer a existência do Grupo do Rio (Cúpula de Santiago em outubro de 1993, Rio de Janeiro)
2. Perspectiva de negociação da Alca

Críticas e avanços:

1. Falta de institucionalização
2. Posição reativa inicial passa a ser propositiva
3. Apoio a temas econômicos (crise internacional)
4. Interação com a OEA (apoio à reforma)

Crise da OEA

- Anos 80 – crise entre EUA e América Latina (dívida externa, intervenção norte-americana).
- 1982 – Guerra das Malvinas: aprofundamento da crise, quando EUA resolve dar apoio à Grã-Bretanha – fere os princípios da OEA.
- 1985 – Protocolo de Cartagena: reforma da OEA – ênfase não mais na segurança militar, mas na democracia representativa como “condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região”.

Relação EUA x Brasil

- Espaço institucionalizado de disputa de poder
- Desequilíbrio de poder marcado pela atuação dos EUA durante o período de construção
- 1983 – Brasil apresenta o Emb. João Clemente Baena Soares como candidato à Secretaria Geral da OEA (1983-1992)
- Anos 90 – atuação da OEA em resoluções de conflito e em casos de ameaças de ruptura do regime democrático: investimentos diplomáticos.

Renovação da OEA

- ANOS 90 – Reconhecimento da divergência de posição dos países do continente – início de propostas para revitalização do sistema interamericano.
- 1990 – Ingresso do Canadá (reforço da OEA)
- 1991 – ‘Compromisso de Santiago com a Democracia e Renovação do Sistema Interamericano’ – redefinição do papel da OEA

Renovação da OEA

- 1991: Adoção da Cláusula Democrática – tema da segurança ganha nova dimensão (além da preocupação com a segurança militar).
- 1997 – Ratificação do Protocolo de Washington (reforma da OEA – atuação em quebras de regimes democráticos).
- 1998 – Cúpula das Américas: mandato dos países do Continente para a OEA atuar em novas áreas (Direitos Humanos, comércio, educação, combate ao narcotráfico).

Renovação da OEA

- 1999 – OEA definida como um dos pilares do Comitê Tripartite de apoio técnico nas negociações da Alca, junto com BID e Cepal.
- 6.Setembro.2001 – assinatura da Carta Democrática ('conclusão' da reforma da OEA):
 - 1. Democracia e o Sistema Interamericano.
 - 2. Direitos Humanos. 3. Desenvolvimento
 - 4. Instituições Democráticas. 5. Missões de Observação Eleitoral. 6. Promoção da Cultura Democrática.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

- Transição:
 - Regionalismo Fechado (ISI) → Regionalismo Aberto (Integração, Economia Mundial)
 - Regionalismo – “piscina rasa” – reconversão produtiva.
 - Pólos de Poder: Sentimento de Exclusão

ALADI (1980)

Associação Latino-Americana de Integração

- 12.agosto.1980: Tratado de Montevideú
- Divisão em três categorias:
- países de menor desenvolvimento econômico: Bolívia, Equador, Paraguai
- países de desenvolvimento intermediário: Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela
- ABRAMEX: Argentina, Brasil e México
- Prioridade na integração através do comércio e o caráter intergovernamental